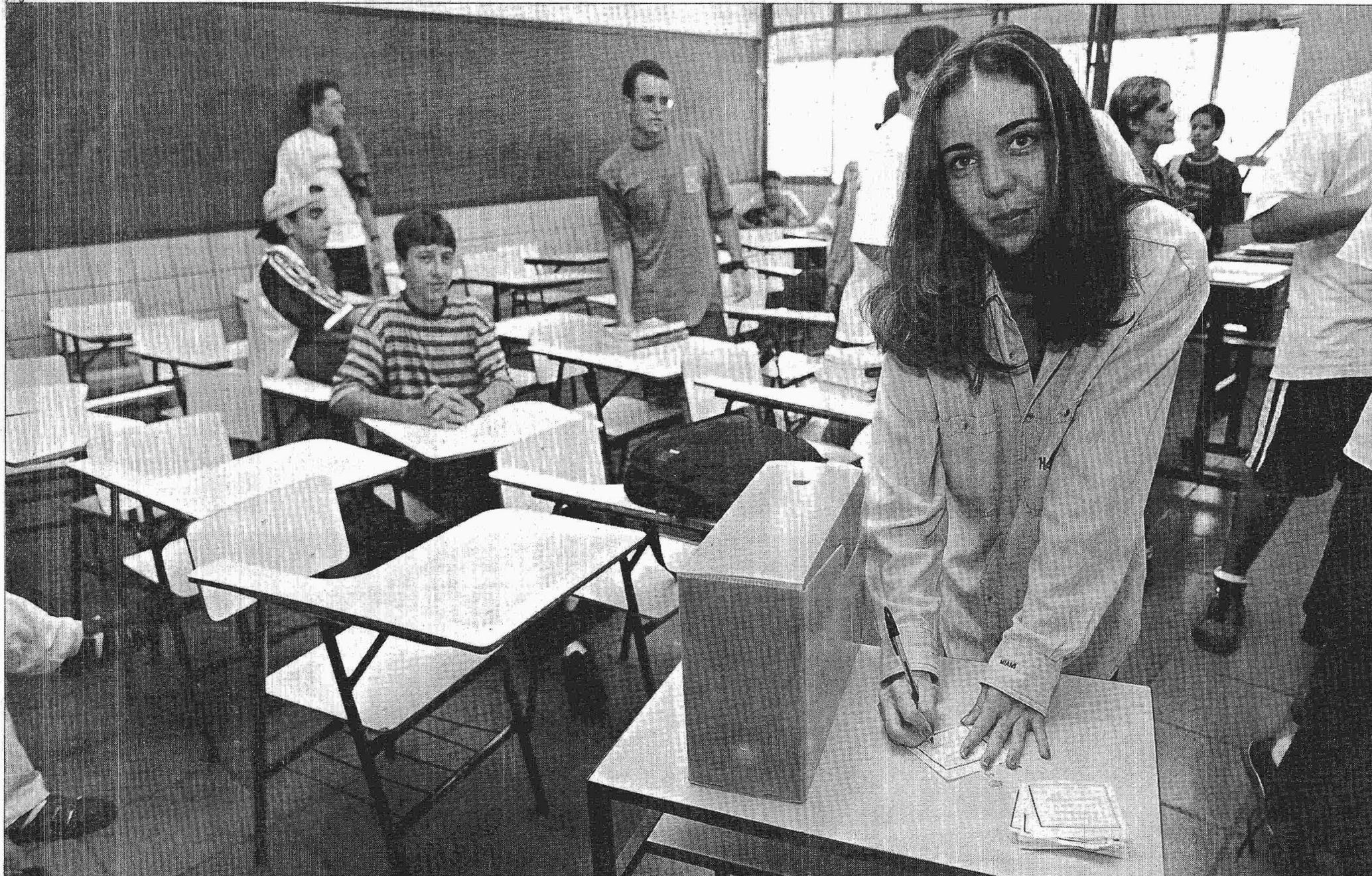


→ EDUCAÇÃO

Jorge Cardoso



Priscila Klein, aluna do Inei, tem sua receita para os políticos: "Um líder deve ter iniciativa, ser compreensivo, não pode ser autoritário nem privilegiar seus amigos. É assim que os políticos deviam agir"

Eleição chega às salas de aula

Escolas estimulam discussão sobre política entre alunos e professores. Especialistas alertam para risco de partidarizar debate

Humberto Rezende
Especial para o Correio

Já foi-se o tempo em que política era assunto delicado e evitado pelos professores. As escolas percebem cada vez mais que podem usar a política para tornar as aulas mais atraentes e desenvolver atividades que façam com que os alunos conheçam um pouco mais do país, do poder e, principalmente, dos seus direitos. Em ano de eleição, então, o assunto torna-se inevitável.

"Neste ano não há dúvidas que o professor vai ter que discutir política. Existem centenas de fórmulas para fazer isso. Ler contos e relacionar com o atual período social. Levar pessoas — políticos, sociólogos — de diferentes opiniões para a escola e programar debates", sugere o advogado e professor de História Marcello Almeida, autor do livro *A Ignorância do Estudante — filosofia do direito civil*.

No colégio JK, na Asa Norte, sempre em época de eleições são promovidos debates com políticos de partidos diferentes no auditório da escola. Depois de assistir aos debates, os alunos da sétima série em diante "tiram" o título de eleitor, confeccionado pelo colégio, e votam.

"Este ano repetiremos a experiência. O interessante é que nor-

malmente o resultado das nossas simulações coincidem com a votação real do eleitorado de Brasília", comenta a diretora da escola, Neila Lima. Nas simulações já feitas na escola, Lula venceu Collor, em 1989, o presidencialismo foi o sistema de governo mais votado, em 1993, e FHC venceu Lula, há quatro anos.

Os especialistas em educação chamam a atenção apenas para o risco de os professores partirem para a defesa de um ou outro partido, na tentativa de influenciar os alunos. "Sala de aula não é local para comícios", define a deputada federal Esther Grossi (PT/RS). Doutora em psicologia da inteligência pela Universidade de Paris, Esther considera que os fatos do cotidiano, como é o caso das eleições, sempre têm que contextualizar o trabalho do professor. "É a melhor maneira de integrar a sociedade na escola", opina.

No JK, os professores de História, Geografia e Português são orientados para desenvolver suas aulas a partir de reportagens de jornais. "Com isso a política está sempre presente na sala. Ao estudarem Grécia, por exemplo, os alunos podem comparar a matéria com a época atual. Mas orientamos os professores para que não dêem sua opinião pessoal", revela a diretora Neila.

Para Marcello Almeida a saída para o professor é justamente deixar o

ELEIÇÕES NA SALA DE AULA

Em ano de eleição, atividades que usam o tema na escola sempre prendem a atenção do aluno. Algumas sugestões:

PORTEGUÊS

Montar uma eleição para presidente da turma - com deputados, vereadores etc. Na campanha, os estudantes terão que observar os tipos de linguagem usados para cada tipo de mídia — tv, rádio, jornal, panfletos — e trabalhar cada uma

HISTÓRIA OU SOCIOLOGIA

Estudar o funcionamento de cada um dos três poderes e deixar os alunos elaborarem projetos de lei — fazendo com que eles simulem toda a tramitação normal de um projeto no Congresso

MATEMÁTICA

Usar as pesquisas de opinião para estudar os cálculos estatísticos e tipos de gráficos, como barras ou pizzas

ensino livre e trazer uma nova forma de educação. "O estudante quer entender, por exemplo, porque se a bolsa cai em Hong Kong alguém aqui perde o emprego", diz.

PARTICIPAÇÃO

O Brasil tinha, em 1996 — quando os números foram fechados pela última vez —, cerca de 138 milhões de eleitores. Destes, 753.972 tinham 16 anos, e 1.621.492 estavam com 17 anos. Poucos, se for considerado que o país tem quase 10 milhões de adolescentes entre 16 e 17 anos. O Distrito Federal está em último lugar em registros eleitorais de jovens com menos de 18 anos. Apesar de 0,37% do total dos eleitores de Brasília e das regiões administrativas do Distrito Federal estarem nessa faixa de idade.

Os colegas Bruno Oliveira e Sérgio Ramos, ambos de 16 anos, optaram por não tirar o título de eleitor. "Não me sinto preparado ainda", explica Bruno. Os dois cursam o terceiro ano do segundo no grau no co-

legio Inei, na Asa Sul, e compararam suas experiências na escola com a política do país.

Sérgio foi eleito, pelo terceiro ano seguido, representante de turma. Nessas circunstâncias, se diz a favor da reeleição. "Na teoria não há nada de errado. O problema é quando, para se reeleger, o presidente abandona projetos importantes para o país e passa a agir pensando apenas na reeleição", compara.

No Inei, os representantes de turma, eleitos no início do ano, se reúnem com a direção ao final de cada bimestre e levam as queixas e propostas de suas turmas. Isso é feito com todos os alunos, inclusive do primário. "Há até casos de impeachment, quando a turma sente que o representante eleito não cumpre bem o seu papel", conta a coordenadora Rejane Façanha.

Antes que os alunos votem, porém, é feito um trabalho conjunto nas aulas de História, Geografia, Filosofia e Formação Humana — matéria criada para desenvolver con-

ceitos de cidadania — com os alunos. O processo consiste em discutir com os estudantes qual a importância de um representante e que qualidades o candidato deve ter para cumprir bem o seu papel.

A aluna do segundo ano Priscilla Klein, 17 anos, se candidatou a representante de sua turma este ano, mas não foi eleita. Ela aprova a forma como a escola tem discutido cidadania com os alunos. "Na minha sala concluímos que um líder deve ter iniciativa, ser compreensivo, não pode ser autoritário nem privilegiar seus amigos. É assim que os políticos deviam agir", considera.

Priscilla quer que o representante eleito em sua turma proponha mudanças na escola. "Gostaria de mais atividades culturais. Também não concordo que o conselho de estudantes, que também participa das reuniões com os diretores, seja formado só por alunos com notas acima de sete. Muita gente com boas idéias fica de fora", argumenta.

Apesar de a escola não ter feito um levantamento, o professor de História Gilberto Assis, um dos ligados ao projeto, acredita que a maioria de seus alunos que podem votar nas próximas eleições não tirou o título. Mas, isso não o surpreende. "Nosso trabalho não é centrado na política partidária, que, pela imagem de corrupção, causa desânimo nos alunos. A preocupação é mostrar que todos são responsáveis pela escola e por acompanhar o trabalho do seu representante. Isso fará com que eles adquiram uma noção mais ampla de cidadania, de seus direitos e deveres", explica.